

O testemunho do sofrimento como problema para as narrativas jornalísticas

The witness of suffering as a problem for journalistic narratives

Leandro Rodrigues Lage

leandrolage@gmail.com

Doutorando em Comunicação pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) com bolsa concedida pela Coordenação de Aperfeiçoamento Pessoal de Nível Superior (CAPES). Mestre em Comunicação e Especialista em Comunicação: Imagens, e Culturas Midiáticas pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

PPG|COM Programa de Pós-Graduação
COMUNICAÇÃO UFF
MESTRADO E DOUTORADO

Ao citar este artigo, utilize a seguinte referência bibliográfica

LAGE, Leandro R. *O testemunho do sofrimento como problema para as narrativas jornalísticas*. In: **Revista Contracampo**, v. 27, n. 2, ed. ago-nov, ano 2013. Niterói: Contracampo, 2013. Pags: 71-88.

Edição **27**/2013

Contracampo
Niterói (RJ), v. 27, n.2, ago-nov/2013.
www.uff.br/contracampo

e-ISSN 2238-2577

Enviado em: 30 de mar. de 2013

A Revista Contracampo é uma revista eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal Fluminense e tem como objetivo contribuir para a reflexão crítica em torno do campo midiático, atuando como

Resumo

Propõe-se explorar o lugar ocupado pelo testemunho nas narrativas jornalísticas buscando compreendê-las em seu trabalho de mediação do sofrimento produzido por determinados acontecimentos sobre os indivíduos. Aborda-se o testemunho tanto sob a forma de artifício retórico fundado na pretensão à veracidade própria do jornalismo – à sombra do problema das fontes de informação – quanto nas implicações éticas que atravessam o gesto narrativo de enredamento de sujeitos sofredores – em que o testemunho diz respeito não somente à atestação do real, mas, principalmente, ao encontro com o outro possibilitado pelo jornalismo. Para tanto, lançamos mão de exemplos de narrativas televisivas, consideradas instâncias singulares de inquérito acerca do estatuto jornalístico do testemunho.

Palavras-chave: Testemunho, narrativa, jornalismo.

Abstract

It is proposed to explore the role played by the witness in journalistic narratives. We seek to understand these narratives in their work of mediation of suffering caused by events on individuals. The paper addresses the witness both in the form of rhetorical artifice founded on the claim of journalistic veracity - under the shade of the problem of information sources - as in the ethical implications raised by the narration of the experience of subjects suffering - in which the phenomenon of witness refers not only to the attestation, but mainly to the encounter with the other, made possible by journalism. For this, we used examples of television narratives, considered singular instances of inquiry about the journalistic statute of witness.

Keywords: Witness, Narrative; Journalism.

O mundo no qual vivemos hoje, nós ocidentais, apresenta um grande número de defeitos e perigos dos quais sentimos a gravidade, mas, em comparação com o mundo de ontem, ele goza de uma enorme vantagem: todos podem saber tudo sobre tudo. [...] Ao menos em tese, um repórter e um jornalista têm passe livre por qualquer lugar; ninguém pode impedi-los, nem mantê-los longe, nem fazê-los calar.

Na Alemanha de Hitler, as regras de convivência eram de um gênero bastante particular: aqueles que sabiam não falavam, aqueles que não sabiam não faziam perguntas, aqueles que faziam perguntas não obtinham resposta. Era desta maneira que o cidadão alemão típico conquistava e defendia sua ignorância, ignorância que lhes aparecia como uma justificação suficiente de sua adesão ao nazismo: fechando a boca e os olhos, tapando as orelhas, constituía-se a ilusão de não se estar a par de nada e de que não se era, portanto, cúmplice do que se passava diante de sua porta.

Primo Levi (1987[1947]), ex-prisioneiro de Auschwitz

Introdução

Quarenta anos depois da publicação de *É isto um homem?*, verdadeiro documento memorialista da *Shoah*, Primo Levi percebera com lucidez uma profunda transformação na economia do testemunho ao longo da segunda metade do século XX: se, antes, testemunhar era sobretudo um risco, um perigo que nascia entre a necessidade e a impossibilidade de partilhar a experiência de ter sobrevivido aos campos de concentração, agora viver-se-ia num mundo em que o testemunho é a regra, em que se está com frequência diante do sofrimento de outrem, defronte de testemunhas de uma profusão ininterrupta de acontecimentos narrados.

O terreno comum onde se estabelece a diferença entre esses dois recortes temporais, o pós-guerra e o contemporâneo, indica-nos a permanência do testemunho como prática necessária à compreensão – e mesmo para a experiência – dos acontecimentos. Em nosso caso, dos acontecimentos que nos são diuturnamente narrados pelas mídias jornalísticas. Nesse sentido, o conceito de testemunho, em seus múltiplos e por vezes borrados contornos, apresenta-se como profícuo “lugar de problema” para o estudo da comunicação jornalística, especialmente porque nos fornece

pistas para entendermos como determinadas experiências são vividas e sofridas, por nós e por outrem, através da mediação operada por essas narrativas.

O ponto de partida dessa abordagem são as lições aprendidas a partir dos relatos testemunhais do Holocausto, que constituem um caso paradigmático na genealogia do conceito (SELIGMANN-SILVA, 2008; FROSH; PINCHEVSKI, 2009a; 2009b; PEETERS, 2009). Estava em questão, no bojo daquela trágica conjuntura, o que diversos autores chamam de impossibilidade do testemunho, do vazio que funda sua linguagem: não porque as vítimas do nazismo não tenham visto, e sim porque viram demais; não porque a palavra lhes seja negada, mas porque lhes faltavam palavras; e, por fim, porque as "testemunhas integrais" são aquelas que não puderam, de fato, testemunhar (AGAMBEN, 2008).

O que se percebe atualmente é, senão o oposto desse quadro em que o testemunho esbarra no indizível, um contexto no qual o testemunho se constitui como possibilidade sempre iminente. A compulsão pela novidade, as possibilidades tecnológicas e a maneira pela qual os indivíduos passaram a ser interpelados pela mídia "tornam a coletividade tanto o sujeito quanto o objeto do testemunho cotidiano, atestando sua própria realidade histórica na medida em que [sic] ela se desenrola" (FROSH; PINCHEVSKI, 2009a, p. 12). Esse contexto nos designa, com nossos olhos e *portables*, testemunhas em potencial, e institui os acontecimentos como aquilo que praticamente não pode não ser testemunhado.

Se, por um lado, pode-se acusar o jornalismo de utilizar o testemunho como mera estratégia retórica para narrar os acontecimentos, tomando por pressuposto uma verdade ontológica das ocorrências, também é preciso reconhecer o testemunho como o que funda *um comum* entre nós e sujeitos distantes, como o que nos aproxima ao mesmo tempo em que nos afasta do *sofrimento dos outros* (RENTSCHLER, 2004; CHOULIARAKI, 2006a; 2006b; FROSH, 2009; TAIT, 2011).

Assim como fornece pistas, o testemunho abre um lugar de perguntas no qual se torna não apenas teoricamente útil para se pensar a comunicabilidade da experiência, como culturalmente significativa para uma investigação sobre o jornalismo, que recorrentemente lança mão do testemunho do sofrimento do outro sem se dar conta das

implicações éticas dessa prática, tanto para o sofredor quanto para quem o “assiste”; e sem perceber que o próprio jornalismo é, em certa medida, testemunha daquilo que narra. Interessa-nos, no escopo deste ensaio, explorar o lugar ocupado pelo testemunho nas narrativas jornalísticas, buscando compreendê-las em seu trabalho de mediação do sofrimento produzido por determinados acontecimentos sobre os indivíduos; e, assim, percebendo o testemunho para além da lógica das fontes jornalísticas de informação.

Sob a forma de exemplos, lançaremos mão de episódios de programas jornalísticos televisivos no intuito de explorar a problemática do testemunho e de apontar nuances e contradições. Como afirmou Sontag (2003), num brilhante ensaio sobre a perturbadora condição de estarmos *Diante da dor dos outros*, imagens de sofrimento e atrocidades se tornaram “um ingrediente rotineiro” do incessante fluxo televisivo doméstico. Acreditamos que, assim como a fotografia e o cinema, a televisão também tem seu capítulo na iconografia do sofrimento, especialmente no que tange a seus modos de ordenar a interação com seus espectadores.

Considerando, assim como Frosh (2009), o testemunho enquanto ato performado não apenas por uma testemunha, mas por um texto testemunhal, as textualidades jornalísticas se revelam instâncias singulares de investigação acerca do estatuto contemporâneo do testemunho, seja na forma de artifício retórico fundado numa pretensão à veracidade própria do jornalismo, seja nas implicações éticas suscitadas pelo gesto narrativo de enredamento de sofredores.

Dois programas televisivos se apresentaram particularmente interessantes para um movimento analítico em direção a essas textualidades: o *Profissão Repórter*, exibido pela Rede Globo desde 2008, e o programa *A Liga*, exibido pela Rede Bandeirantes desde 2010. No escopo deste trabalho, esses programas constituem “lugares de observação” das problemáticas relativas ao testemunho abertas pelas narrativas jornalísticas, principalmente porque se valem, em suas reportagens na forma de documentários, da exibição frequente do sofrimento dos sujeitos, com todas as consequências desse gesto e apontando para outras questões suscitadas pela abordagem a partir do testemunho.

Da fonte ao testemunho

Vinte e quatro horas com um usuário de *crack*. No programa *A Liga* exibido em 21 de junho de 2011, o jornalista Rafinha Bastos, então apresentador e repórter, dispôs-se a acompanhar um homem viciado em *crack* da alvorada ao crepúsculo. O homem, cujo corpo raquítico e o desarranjo gestual já evidenciam os efeitos do uso constante da droga, atende pelo apelido de “Treze”. Segue-se, então, um longo percurso narrativo em que o personagem sai pelas ruas de Brasilândia (SP) em busca do que comer, de dinheiro e, principalmente, de *crack*. O infortúnio de Treze é contado em *close-ups* sucessivos de seu vício e sofrimento, intercalados por declarações confusas, em que a confusão é a própria matriz geradora de sentidos.

“O que posso fazer? O negócio é ‘da hora’. [...] Quero terminar essa reportagem fumando dez, vinte, cem pedras”, confessa Treze, às lágrimas, depois de se mostrar conscientemente aprisionado ao *crack*. Ali, Treze é testemunha de si, mas, principalmente, da devastação provocada pela “pedra”, assim como o jornalista que acompanha de perto seu infortúnio. E nós, espectadores, tornamo-nos testemunhas daquele sofrimento televisionado. Por que somos apresentados à desgraça de Treze? Ele é apenas um qualquer, cuja imagem e palavra são invocadas somente para mostrar os revezes provocados pelo *crack*? Qual o lugar do jornalista, ao mesmo tempo testemunha, narrador e personagem da história contada?

É no sentido da atestação do sofrido que o testemunho – sob a forma das fontes de informação – costuma ser compreendido pelos estudos em jornalismo. Trata-se, sobretudo, de entendê-lo como estratégia retórica da qual as narrativas jornalísticas lançam mão para dar conta da experiência, espécie de subterfúgio contra a falibilidade do testemunho em transpor o trauma vivido à linguagem.

No campo de pesquisas em jornalismo, percebe-se facilmente a ausência do testemunho entre as privilegiadas noções-problema de objetividade, noticiabilidade, verdade e suas derivadas. Essa preferência reflete o que Carvalho (2012) entende como sendo um “poder de agendamento” que as mídias enquanto indústria detêm sobre tais pesquisas, que se deixam influenciar e determinar pelos axiomas deontológicos.

Associada à ideia de fonte, espécie de matriz difusora de informações, a noção de testemunho aparece, via de regra, aquém do que poderia dizer acerca do jornalismo e seus regimes de ver e de dizer.

O testemunho sem dúvidas constitui uma face relevante do jornalismo. No entanto, o conceito costuma estar relacionado, praxiológica ou epistemologicamente, a uma ideia de verdade presumida (CASADEI, 2010), tornando-se, assim, outra noção a sucumbir ante os dilemas da objetividade. E o jornalismo, afirma Peeters (2009), continua apegado a uma noção de testemunho objetivo, desencarnado, oferecendo “apenas fatos”. “Desde que as testemunhas tiveram que ser como máquinas, máquinas também passaram a ser consideradas boas testemunhas” (PEETERS, 2009, p. 33). Visto sob esse prisma, o testemunho equivaleria ao simples registro de uma experiência. E as imagens, enquanto documentos, continuariam gozando de uma espécie de autoridade testemunhal baseada em sua suposta transparência.

Treze, porém, não nos aparece somente como um qualquer. O personagem da reportagem de *A Liga* traz à cena algo mais do que um modelo de objetividade. Tornou-se, a nosso ver, insuficiente afirmar que a testemunha possui, na narrativa jornalística, um lugar pré-determinado. Desse ponto de vista, as testemunhas e o testemunho assumem um papel instrumental, tendo sua dimensão ética, intrínseca à narrativa, esvaziada. Ao invés disso, a presença de Treze pressupõe a própria encarnação do vivido. E é essa encarnação, evidente no corpo magro, nos gestos maneiros, na fala embaraçada, que faz de nós, espectadores, testemunhas ao mesmo tempo próximas e distantes de seu sofrimento.

Quais seriam, então, essas outras dimensões do testemunho no jornalismo capazes de pôr em perspectiva os regimes de visibilidade e de “dizibilidade” dessa instância midiática?

Testemunho em perspectiva: a questão do outro

“Se eu quiser, eu quebro esse negócio aqui na tua cabeça”, diz ao repórter Caco Barcellos o menino de 12 anos recém-chegado ao centro de recepções para crianças e adolescentes viciados em drogas da Prefeitura do Rio de Janeiro. O adolescente, ainda em crise de abstinência, era entrevistado pelo repórter enquanto comia a terceira refeição que lhe era servida após ser recolhido, na noite anterior, das ruas da favela de Manguinhos. Quando fez a ameaça, resistia ao chamado dos monitores para voltar ao abrigo de jovens viciados.

“Tá duvidando?”, insiste o jovem, no que leva a mão ao microfone. Barcellos segura o aparelho e responde, calmamente: “Não. Como é que vou duvidar de você?”. Um corte seco nos conduz à imagem seguinte, do menino sendo carregado pelas mãos e pés pelos monitores, aos gritos de “socorro!”. Um segundo corte e a imagem seguinte é de Barcellos no carro de reportagem, respondendo ao cinegrafista sem olhar para a câmera: “Pois é! Você viu que ele me abraçou depois?”, diz o repórter, surpreso e comovido. Em seguida, a imagem do abraço afetuoso, vindo do menino abandonado às drogas e “capturado” pela narrativa.

O trecho descrito foi exibido no programa *Profissão Repórter* de 19 de julho de 2011. Naquela história, o testemunho do sofrimento nos é mostrado pelas imagens daquele corpo doente, cujo rosto não aparece senão sob a forma de uma imagem borrada – ainda mais reveladora porque tenta nos impedir de ver. A voz rouca e as palavras ásperas do menino reafirmam a fragilidade daquele indivíduo anônimo. Mas o desabafo do repórter, seguido da imagem do gesto afetivo, é também um testemunho. Barcellos fala na qualidade de autêntica testemunha daquele sofrimento. Ele rompeu a distância que nos separa, na condição de espectadores, daquele jovem viciado.

O exemplo embaralha o que intuitivamente entendemos por testemunho no âmbito do jornalismo – em geral, a vítima como testemunha de um acontecimento passado. Por outro lado, evidencia a dimensão do problema relativo ao testemunho e às narrativas jornalísticas enquanto formas de mediação da experiência do sofrimento. Depreender o fenômeno ou a prática do testemunho por esse prisma exige a inflexão do conceito naquilo que ele diz sobre as estratégias retóricas do jornalismo. Como afirma Tait (2011), é preciso enxergá-lo como componente de uma episteme jornalística, como elemento capaz de nuançar a relação entre jornalistas e outros sujeitos, e de ambos com

os espectadores. Devemos lembrar, também, daquela que parece ser uma das consequências éticas mais sérias do testemunho no jornalismo: ele é aquilo que “ostensivamente justifica a intrusão no sofrimento alheio” (TAIT, 2011, p. 1221).

Diversos estudos recentes têm buscado a melhor definição para o testemunho no âmbito midiático; senão uma conceituação fixa, uma forma de abordagem do fenômeno resguardando seu potencial heurístico (RENTSCHLER, 2004; CHOULIARAKI, 2006a; 2006b; PEETERS, 2009; FROSH; PINCHEVSKI, 2009a; 2009b; FROSH, 2009; TAIT, 2011; ANTUNES, 2012). Para Frosh e Pinchevski, cuja tentativa parece dimensionar o problema em questão, o testemunho midiático é sobretudo um fenômeno culturalmente significativo, que diz respeito não somente à produção midiática, mas a novas modalidades de interação entre mídias e públicos:

A melhor maneira de compreender essa nova configuração é oferecendo uma simples definição: testemunho midiático é *o testemunho performado na, pela e através da mídia*. Refere-se, simultaneamente, ao aparecimento de testemunhas nos relatos da mídia, à possibilidade de a própria mídia testemunhar, e ao posicionamento das audiências como testemunhas dos acontecimentos retratados. Misturando essas três vertentes, testemunho midiático não diz apenas da complexidade dessas interações (uma reportagem telejornalística pode retratar testemunhas de um acontecimento, testemunhar um acontecimento e transformar espectadores em testemunhas ao mesmo tempo), mas aparece também como uma nova problemática nas teorias da mídia [...] (FROSH; PINCHEVSKI, 2009b, p. 296, grifo nosso).

O testemunho aparece, assim, como forma de abordar e compreender a comunicação midiática naquilo que ela nos oferece como possibilidade de experiência. Entre os esforços teóricos em direção ao testemunho, um aspecto se apresenta consensual: o testemunho não é um gesto politicamente neutro, pois necessariamente distribui um “nós” e um “eles” mediante a atenção seletiva aos indivíduos (RENTSCHLER, 2004; CHOULIARAKI, 2006a; FROSH, 2009; TAIT, 2011).

O ponto moral da problemática testemunhal, vista sob esse outro prisma, já não é somente o da confiança na palavra do depoente, próprio do testemunho jurídico, ou o da atestação do dito, relativo ao testemunho histórico, mas o de que os testemunhos inscritos nas textualidades da mídia nos colocam, inevitavelmente, diante da “outridade dos outros” (FROSH, 2009, p. 68). Somos chamados à responsabilidade para com Treze e com o menino viciado, ainda que seja por meio da compaixão diante do sofrimento.

Convocar o sofrimento e a compaixão – e também o martírio e a vitimização – ao debate requer o reconhecimento da parcialidade e da encarnação do apelo testemunhal, conduzindo-o para além da urgência factual (TAIT, 2011). O testemunho sugere a presença, de alguma forma moralmente justificada, de indivíduos que falam contra formas injustas de poder. A esse respeito, Peeters (2009) nos convida a imaginar um nazista que publicou suas memórias da guerra. Tais histórias poderiam ser aceitas como *account of experiences*, mas nunca como testemunhos no sentido moral. “Testemunhar significa estar do lado certo” (PEETERS, 2009, p. 30).

Sob essa abordagem, o testemunho é tomado não apenas como o que distribui um “nós” e um “eles”, mas também como o que apresenta vítimas e opressores a partir de um pano de fundo moral. Portanto, se não busca superar um entendimento sob a perspectiva das fontes de informação, o testemunho ao menos amplia as possibilidades de abordagem dessa inscrição do outro nas narrativas jornalísticas, trazendo à tona problemas éticos que já não dizem respeito somente à atestação, mas, principalmente, ao encontro com o outro.

A encarnação é, também, um importante elemento intrínseco ao apelo testemunhal no jornalismo. Encarnação indica a presença ativa e passiva dos corpos na cena. Para retomarmos nossos exemplos, tanto a presença dos jornalistas Rafinha Bastos e Caco Barcellos nas cenas de sofrimento quanto a de Treze e do adolescente, cujos corpos aparecem marcados pelo vício e pelo sofrimento, autorizam e atestam a experiência que nos é narrada, assim como indicam a necessidade de uma resposta afetiva, nossa e dos jornalistas presentes, à história de sofrimento dos outros.

É fundamental, como precaução contra uma ontologia da presença, a compreensão de Frosh (2009) acerca do testemunho como aquilo que é textualmente mediado. Para o

autor, o testemunho e as testemunhas não são dados *a priori*. A presença dos indivíduos enquanto testemunhas é narrativamente constituída, ou seja, é verbal e visualmente configurada no curso do relato jornalístico. Tal asserção não significa o confinamento do testemunho ao universo discursivo, tampouco a retomada da perspectiva segundo a qual o testemunho é tão somente artifício retórico de uma estética realista. Em vez disso, é o enredamento do testemunho numa história relatada que “permite aos participantes colocarem a si próprios imaginariamente presentes no acontecimento” (FROSH, 2009, p. 58). A mediação textual do testemunho não lhe subtrai sua dimensão praxiológica. Pelo contrário, é a configuração narrativa do testemunho que nos permite experimentar o acontecimento e seus sujeitos.

Considerar as narrativas jornalísticas mediadoras do testemunho nos permite, mais do que buscar nelas a representação do outro sofredor ou evidências de uma intervenção no real, olhar para esses relatos e personagens como o que nos coloca diante do sofrimento do outro, permitindo-nos, assim, investigar o conjunto de regras que atravessam as formas de narrar próprias desse espetáculo do sofrimento. Evidencia-se, assim, uma difícil questão posta por Chouliaraki (2006a, p. 6): “Os textos jornalísticos constroem o infortúnio dos sofredores distantes como um caso de ação ou constroem a cena de sofrimento como o que não concerne aos espectadores?”.

O testemunho e o sofrimento distante

Desde sua acepção bíblica, passando pelos usos jurídico e histórico, o testemunho possui íntima relação com a responsabilidade. Testemunhar, via de regra, implica comprometimento. Segundo Agamben (2008), o conceito de testemunha que conhecemos possui três raízes no latim. A primeira, *testis*, indica a testemunha enquanto terceira numa disputa jurídica entre dois sujeitos; a segunda, *superstes*, refere-se a quem sobreviveu a uma experiência-limite e dela pode prestar testemunho; e a terceira, *auctor*, indica a testemunha de quem o depoimento pressupõe algo que lhe preexiste, e cuja realidade deve ser certificada. Nesse último sentido, “a testemunha tem mais autoridade do que o fato testemunhado” (AGAMBEN, 2008, p. 150). Para o filósofo

italiano, mesmo o falso testemunho, o que não é aceito como verdadeiro, compromete-se com algo: o controverso.

Em razão da asserção de realidade intrínseca ao testemunho, Ricoeur (2007) o compara aos gestos de contar e prometer. O filósofo aponta três componentes do testemunho: o primeiro diz respeito a essa confiabilidade presumida relativa a quem dá testemunho; o segundo é a necessária designação do sujeito que testemunha; e o terceiro é a dimensão dialógica ou fiduciária do testemunho, que pressupõe alguém que o faça e outrem que lhe dê crédito. Importa frisar que esses componentes conceituais aparecem como decorrência da mediação do testemunho, e não como elementos que lhe preexistem.

Tendemos a concordar com Casadei (2010) quando afirma, esteada em Ricoeur (2007), que, no jornalismo, o ato testemunhal “implica uma série de práticas de reconhecimento vinculadas à afirmação de um comprometimento moral do testemunhante” (CASADEI, 2010, p. 82-83). Nesse sentido, poderíamos afirmar que Treze, o personagem de *A Liga*, é fiador da própria palavra, assim como o repórter Barcellos. Os depoimentos daqueles personagens, tais como enredados naquela narrativa, testificam o sofrimento mostrado. Mas de que maneira o testemunho do sofrimento é narrativamente instituído no jornalismo como palavra que não é posta em dúvida? O testemunho presente nesse conjunto de narrativas está sempre sob o amparo da corroboração?

Ao reafirmarmos o compromisso afiançado pela testemunha e, conseqüentemente, o efeito de real do testemunho nas narrativas jornalísticas, corre-se o risco de esvaziá-lo de suas implicações éticas. Retomando Ricoeur (2007), podemos afirmar que o dialogismo do testemunho não vem à tona somente em sua pretensão à verdade diante de outrem, mas também no comprometimento que solicita de quem lhe dá ouvidos, daquele que lhe empresta o olhar.

Chouliaraki (2006a) começa seu livro *The spectatorship of suffering* com uma intensa provocação relativa a esse comprometimento: “Como nos relacionamos com as imagens televisivas de sofrendores distantes? Desligamos, derramamos uma lágrima ou ficamos com raiva e protestamos?” (CHOULIARAKI, 2006a, p. 1). Para a autora, o

testemunho de um acontecimento e de suas consequências desastrosas é importante para nos emocionar e, assim, para suscitar um sentido de cuidado e responsabilidade para com o sofredor distante. Diante dessa perspectiva, parece-nos necessário fazer do testemunho do sofrimento nas narrativas jornalísticas – e através delas – um problema tanto de ordem retórica quanto de ordem ética.

É bastante convincente o argumento de Boltanski (1993) acerca do conceito de “política da piedade”, espécie de norma intrínseca ao espetáculo do sofrimento que regula os modos de narrá-lo. “Em que condições o espetáculo do sofrimento distante trazido a nós pela mídia é moralmente aceitável?” (BOLTANSKI, 1993, p. 9). Isto é, de que forma essa presença midiática do sofrimento testemunhado é transformada, narrativamente, em algo moralmente aceitável? Para o autor, uma das pistas em direção à compreensão desse fenômeno é tomar o argumento da piedade na política como justificativa moral para a exacerbação midiática do sofrimento.

A questão da responsabilidade, nesse sentido, é conduzida à da ação pública em resposta aos testemunhos, imagens e histórias de sofrimento. Como afirma Chouliaraki,

A política da piedade assume a função política crucial de apresentar o infortúnio humano em público com o objetivo de despertar emoção nos espectadores, além de convidá-los a deliberar imparcialmente sobre como agir diante do infortúnio (CHOULIARAKI, 2006b, p. 265).

Na esteira de Boltanski, a autora entende a política da piedade como uma política da narração e da retratação do sofrimento que nos mostra como estamos conectados com o mundo, o que nos une e como deveríamos reagir ao sofrimento que nos é mostrado.

Para Tait (2011), o partilhamento da responsabilidade sobre o que é testemunhado ocorre a partir de modos de endereçamento que convocam diretamente os espectadores, e não apenas pela presentificação do sofrimento do outro. Por outro lado, a autora afirma que a tentativa de

mobilizar respostas afetivas de horror, raiva, piedade e vergonha diz mais a respeito da convocação de uma experiência encarnada das atrocidades do que sobre o fornecimento de um entendimento nuançado aos seus leitores sobre por que a violência está ocorrendo [...] (TAIT, 2011, p. 1229).

Em outras palavras, tratar-se-ia de narrar o sofrimento em sua face mais visceral, em vez de empreender análise ou suscitar debates sobre aquela experiência. O argumento de Tait (2011) nos leva a recordar do testemunho de uma das sobreviventes do massacre de Realengo – ocorrido em abril de 2011, numa escola pública do Rio de Janeiro –, exibido no programa *A Liga* de 10 de abril de 2012. Na sala da própria casa, ao lado da mãe, Thayane contou friamente ao entrevistador como foi ferida pelo assassino com tiros no abdome. Em seguida, a sobrevivente narra como viu uma amiga morrer: “A Karina, que eu vi, ela tava com a cabeça assim, aí ele fez assim e levantou a cabeça dela”, conta, com o indicador apontado para a própria testa. “Aí ela: ‘por favor, não me mata’. Aí ele falou assim: ‘o que eu passei aqui é bem pior do que eu vou fazer com você agora’. Puf. Aí deu um tiro na cabeça dela”, detalha Thayane.

A personagem é enredada àquela história como quem sobreviveu a uma situação-limite e dela pode prestar testemunho, mas também como indivíduo cujo testemunho é único e singular para a história que é contada sobre aquele acontecimento. Desse modo, duas ponderações são necessárias: primeiramente, a dualidade entre o partilhamento de uma experiência e seu “entendimento” se desfaz ante os argumentos mais elementares da narratividade: “narrar já é explicar”, pois pressupõe dar coerência a uma história organizando seus elementos (RICOEUR, 2010, p. 295); em segundo lugar, deve-se reconhecer que a questão acerca da convocação à reação diante das narrativas, seja na forma de indignação, compaixão ou mesmo negligência, também diz respeito a uma “espectatorialidade televisiva”.

A indagação sobre como nos relacionamos com as imagens do sofrimento nos lembra a crítica de Sontag (2003) às imagens do fotógrafo brasileiro Sebastião Salgado:

Fazer o sofrimento avultar, globalizá-lo, pode incitar as pessoas a sentir que deveriam “importar-se” mais. Também as convida a sentir que os sofrimentos e os infortúnios são demasiado vastos, demasiado irrevogáveis, demasiado épicos para serem alterados (SONTAG, 2003, p. 68).

Coloca-se em questão, nesse sentido, se a aparição dos sofredores e de seus testemunhos, na verdade, não provoca exatamente a indiferença, nutrida pela incapacidade de lidarmos com a vastidão do sofrimento. Assim, inverte-se radicalmente a lógica, e o testemunho aparece sob o risco do desestímulo.

A meio caminho entre a compaixão ante o sofrimento dos outros e a mobilização, permanece como possibilidade a “*prise de conscience*” (BOLSTANSKI, 1993, p. 115). O teórico francês nos chama atenção para o fato de que o conhecimento do sofrimento alheio é o que nos permite esboçar reações, ainda que passivas, como dar de ombros ou esquecer o outro. O testemunho narrado assume, novamente, um papel central no que tange ao problema da responsabilidade moral intrínseco ao espetáculo do sofrimento. Ao permitir que nos encontremos com sofredores distantes, o testemunho nos coloca o dilema ético da comoção, assim como permite que nos demos conta da distância que nos assegura contra o sofrimento, da qual o outro não pode gozar.

Notas em conclusão (e questões em aberto)

O testemunho que o jornalismo insiste em nos apresentar se torna um fenômeno que, ao mesmo tempo, provoca-nos e nos ajuda a provocar; fenômeno problemático e problematizador do modo como experiências-limite são configuradas diante de nossos olhos por essas narrativas, fazendo de nós testemunhas de outros testemunhos, fazendo do jornalismo uma modalidade de testemunho e fazendo dos outros testemunhas submetidas aos regimes jornalísticos do ver e do contar.

Em que pesem as considerações que podemos fazer a respeito dessa tomada do testemunho como noção balizadora para observar as narrativas jornalísticas em seu

lugar como instância mediadora do sofrimento do outro, permanece em aberto o problema relativo ao papel instituído ou assumido pelo testemunho do sofrimento nessas narrativas, especialmente no que ele permite conhecer e compreender a respeito dos regimes de visibilidade e de dizibilidade em que estão inscritas e que ajudam a conformar.

Uma vez alargado o horizonte de pesquisa no qual a tendência seguia na direção de uma autonomia das partes, em que jornalista, fontes e espectadores assumiam papéis distintos e evocavam preocupações aparentemente isoladas, o testemunho surge como problema que nos compele a pensar na complexidade das interações jornalísticas, ou melhor, das interações instauradas pelas narrativas jornalísticas. Sem dúvidas, diversas questões permanecem sem resposta. De que maneira a presença dos sofredores, dos jornalistas e de seus depoimentos assume, nessas narrativas, a função de suscitar compaixão e/ou de nos compelir a agir? O que as narrativas jornalísticas revelam acerca do pano de fundo moral a partir do qual inscrevem o testemunho no curso de uma história, permitindo ou não a tomada de consciência da condição do outro?

Estamos ante alguns dos principais aspectos éticos subjacentes ao testemunho tal como enredado pelas narrativas jornalísticas, o que sugere, como afirmam Frosh e Pinchevski (2009b), novas maneiras de perceber e trabalhar com problemas permanentes da mídia, da comunicação e da cultura. Assim, com novas questões, ou com novas maneiras de colocá-las, abrem-se possibilidades de investigação do jornalismo para além das questões que ocupam historicamente esse campo de investigações – ou mesmo as fazendo avançar.

Diante desse quadro contemporâneo em que o testemunho adquire um caráter ubíquo, em grande parte pelo lugar que ocupa nas narrativas jornalísticas, adquirindo com isso maior relevância do ponto de vista epistêmico, o que o químico e escritor italiano Primo Levi (1988[1947]) não poderia antecipar em seu *É isto um homem?* é que tal prática continuasse profundamente atravessada pela afirmação de uma vulnerabilidade humana comum, o que, por sua vez, leva-nos a suspeitar que o espraio do testemunho na esfera jornalística venha geralmente acompanhado da irradiação do sofrimento do outro.

Referências

AGAMBEN, G. *O que resta de Auschwitz: o arquivo e a testemunha*. São Paulo: Boitempo, 2008.

ANTUNES, E. Acontecimentos violentos, ressentimento e as marcas de uma interpretação. In: FRANÇA, V. R. V.; OLIVEIRA, L. (Orgs.). *Acontecimento: reverberações*. Belo Horizonte: Autêntica, 2012, p. 269-292.

BOLTANSKI, L. *La souffrance à distance: morale humanitaire, médias et politique*. Paris: Métailié, 1993.

CARVALHO, C. A. Algumas reflexões sobre a dimensão epistemológica do jornalismo. In: CARVALHO, C. A.; BRUCK, M. S. *Jornalismo: cenários e encenações*. São Paulo: Intermeios, 2012, p. 17-26.

CASADEI, E. B. A Construção de Personagens no Jornalismo: entre a matriz de verdade presumida e a imaginação das urdiduras de enredo. *Ciberlegenda*, v. 1, p. 77-91, 2010.

CHOULIARAKI, L. *The spectatorship of suffering*. London: Sage, 2006a.

_____. The aestheticization of suffering on television. *Visual Communication*, v. 5, p. 261-285, 2006b.

FROSH, P. Telling presences: witnessing, mass media, and the imagined lives of strangers. In: FROSH, P; PINCHEVSKI, A. *Media witnessing: testimony in the age of mass communication*. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2009, p. 49-72.

FROSH, P; PINCHEVSKI, A. Crisis-readiness and media witnessing. *The Communication Review*, v. 12, n. 3, p. 295-304, 2009b.

_____. Why media witnessing? Why now? In: FROSH, P; PINCHEVSKI, A. *Media witnessing: Testimony in the age of mass communication*. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2009a, p. 1-22.

LEVI, P. Appendice. In: *Si c'est un homme*. Turin: Einaudi, 1987[1947], p. 188-213.

_____. *É isto um homem?* Rio de Janeiro: Rocco, 1988[1947].

PEETERS, J. D. Witnessing. In: FROSH, P; PINCHEVSKI, A. *Media witnessing: Testimony in the age of mass communication*. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2009, p. 23-41.

RENTSCHLER, C. Witnessing: US citizenship and the vicarious experience of suffering. *Media, Culture & Society*, v. 26, n. 2, p. 296–304, 2004.

RICOEUR. *Tempo e narrativa: a intriga e a narrativa histórica*. Tomo I. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010.

_____. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas: Unicamp, 2007.

SELIGMANN-SILVA, M. Narrar o trauma. *Psic. Clín.*, Rio de Janeiro, v. 20, n. 1, p. 65-82, 2008.

SONTAG, S. *Diante da dor dos outros*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

TAIT, S. Bearing witness, journalism and moral responsibility. *Media, Culture & Society*, v. 33, n. 8, p. 1220-1235, 2011.